



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA – PMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA- PROGE/PMA

PROCESSO Nº 3.819/2024 – SEMED/PMA.

ORIGEM: SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO– SEMED/PMA.

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 9/2024.014 SEMED/PMA.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EDITORA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO, ALFALETRA ANANINDEUA”.

FUNDAMENTAÇÃO: ART. 53 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – (Aspectos jurídicos).

PARECER nº148/2024 – PROGE/PMA. (CONTROLE DE LEGALIDADE)

1. RELATÓRIO.

Trata-se de solicitação de controle de legalidade na forma do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133. Consiste na análise e aprovação dos atos preparatórios da licitação pela autoridade jurídica competente, verificando se estão em conformidade com a legislação aplicável. Isso inclui a elaboração do edital, a definição do objeto, os critérios de julgamento, entre outros aspectos fundamentais do processo licitatório.

O enfoque da presente manifestação é a **fase preparatória** do processo licitatório, caracterizada pelo planejamento e o conjunto de procedimentos e atividades realizadas antes da abertura do processo licitatório propriamente dito. Esta fase é fundamental para garantir a transparência, eficiência e legalidade do procedimento licitatório como um todo. Dito isso, segue manifestação.

Em suma, o objetivo do controle de legalidade no âmbito do artigo 53 da Lei Federal 14.133 é assegurar a conformidade dos procedimentos licitatórios com as normas jurídicas vigentes, promovendo a eficiência, a transparência e a probidade na gestão dos recursos públicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Com base nos artigos acima citados, elencamos na forma de lista de checagem, alguns pontos cuja análise não pode ser omitida da manifestação jurídica relativa ao controle de legalidade na fase preparatória da contratação, para aprovação, ou não, por esta Procuradoria, estritamente no que diz respeito aos regramentos da Constituição Federal, da Lei Federal 14.133/2021 e Legislação Complementar (leis, decretos e normas infralegais que regulamentam as licitações públicas e estabelecem diretrizes para o controle de legalidade, como a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), Jurisprudência e Doutrina Jurídica.

3. CHECAGEM.

CHECAGEM DOS ASPECTOS JURÍDICOS DA FASE PREPARATÓRIA DA LICITAÇÃO.	APTO OU INAPTO	Observação
1. DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Lei nº 14.133/2021, art. 12, VII.	APTO	
3. DO OBJETO A SER LICITADO – Quanto à sua clareza, precisão, pertinência e relevância.	APTO	
4. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. Adequação e Suficiência. <i>OBS. Conforme § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21, o ETP deve conter, obrigatoriamente: a descrição da necessidade da contratação (inc. I); (b) a estimativa das quantidades para a contratação (inc. IV); (c) a estimativa do valor da contratação (inc. VI); (d) a justificativa para o parcelamento ou não da solução</i>	APTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA – PMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA- PROGE/PMA

(inc. VIII); e) o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação (inc. XIII).		
5. DO TERMO DE REFERÊNCIA. O Termo de referência deve conter os elementos obrigatórios previstos no art. 6º, XXIII, da Lei Federal nº 14.133/21.	APTO	
6. DO ORÇAMENTO ESTIMADO. Crêterios Utilizados: Avaliação dos crêterios e metodologias utilizados para a elaboraçaõ da estimativa de preçõs. Pesquisa de Mercado: Verificaçaõ se foi realizada pesquisa de mercado adequada para fundamentar a estimativa de preçõs.	APTO	
7. DA PESQUISA DE PREÇOS (Lei nº 14.133/2021, art. 23)	APTO	
8. DAS FORMALIDADES EXIGIDAS PARA REALIZAÇAO DA PESQUISA DE PREÇOS.	APTO	
9. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA. Previsão Orçamentária: Confirmaçaõ da existênciã de previsãõ orçamentária para a contrataçaõ pretendida. Reserva de Dotaçaõ: Verificaçaõ se houve reserva de dotaçaõ orçamentária específica para a licitaçaõ.	APTO	SRP dispensa reserva orçamentaria
10. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.	APTO	
11. DA ESCOLHA DO TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO Adequaçaõ ao Objeto: Análise da adequaçãõ do tipo e da modalidade de licitaçaõ escolhidos em relaçaõ ao objeto e às especificidades da contrataçaõ. Conformidade com a Lei nº 14.133/2021.	APTO	
12. DO EDITAL E DA MINUTA DO CONTRATO: Clareza e Transparênciã: Avaliação da clareza, transparênciã e objetividade do edital e da minuta do contrato. Condições de Participaçãõ: Verificaçaõ das condições de participaçaõ e se estãõ em conformidade com o princípiõ da isonomia. Crêterios de Julgamento: Análise dos crêterios de julgamento para assegurar que sãõ objetivos e transparentes.	APTO	
13. ADEQUAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. Proteçaõ dos Interesses Públicos: Verificaçaõ se as cláusulas contratuais propostas protegem adequadamente os interesses da administraçaõ pública.	APTO	
14. DA ADOÇÃO DE CRÊTERIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇÃ (ASG). Sustentabilidade: Análise da incorporaçaõ de crêterios de sustentabilidade ambiental, social e de governança (ASG) no processo licitatório.	APTO	
ENCERRAMENTO DA FASE PREPARATÓRIA.		APROVADA

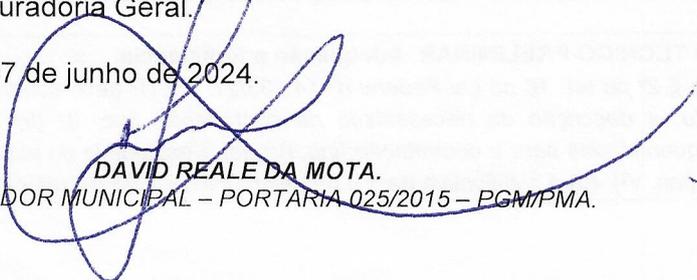
Portanto, analisando os documentos indispensáveis à instrução da fase preparatória, listados na tabela acima, concluiu-se em que todas as partes e atos constantes no processo atendem o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações de regência.

4. CONCLUSÃO.

Assim exposto, em atençãõ ao artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, confirma-se a devida obediência dos atos preparatórios da licitaçaõ aos ditames da NLLC, tais como a elaboraçaõ do edital, a definiçaõ do objeto e os crêterios de julgamento, razãõ pela qual indico a **APROVAÇÃO** da fase preparatória da presente licitaçaõ, por ter atendido aos artigos 1º, 2º a 6º, 9º, 15 e 18, incisos I a XI da lei federal nº 14.133/2021, conferindo-se regular prosseguimento ao processo, com o deferimento desta Procuradoria Geral.

É o parecer, S.M.J.

Ananindeua – PA, 07 de junho de 2024.


DAVID REALE DA MOTA.
PROCURADOR MUNICIPAL – PORTARIA 025/2015 – PGM/PMA.